

OS EFEITOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DO VIVER: UMA PERSPECTIVA FEMINISTA

Miriam Nobre e Tica Moreno¹

As lutas das mulheres por igualdade, justiça e transformação social desafiam esquemas de poder e dominação. Esse texto parte dos acúmulos da economia feminista para discutir os efeitos da financeirização na vida das mulheres e apontar caminhos de resistência e construção de alternativas.

A economia feminista é um campo de conhecimento que, no movimento social, tem sido uma ferramenta potente de análise crítica e referência para a proposição de alternativas. A economia feminista revela como as visões hegemônicas do que é economia são reducionistas, pois, ao restringir o econômico ao que circula no mercado, com equivalentes monetários, excluem boa parte do trabalho realizado cotidianamente pelas mulheres que garante que a vida seja possível. Assim, para lograr igualdade, não é suficiente incluir as mulheres em esquemas analíticos concebidos com referência na experiência dos homens. A proposta é ampliar as fronteiras do que é econômico, abarcando o conjunto dos trabalhos e processos que sustentam a vida. Para isso, as separações artificiais entre produção e reprodução são questionadas, ao revelar que estas ocultam os nexos entre processos que, na verdade, são interdependentes. O trabalho doméstico e de cuidados está na base da produção do viver, e é, portanto, fundamental para o funcionamento do sistema econômico.

Em uma trajetória de crítica ao neoliberalismo, a economia feminista aponta a existência de um confronto de lógicas opostas: entre a acumulação capitalista e a sustentabilidade da vida. Essa perspectiva feminista tem demonstrado como, especialmente em momentos de crise e onde predominam as políticas de ajuste, há um aumento da sobrecarga de trabalho das mulheres no interior dos lares para garantir as

¹ Esse texto foi escrito por Miriam Nobre e Tica Moreno como contribuição para a publicação "Spotlight on financial justice: understanding global inequalities to overcome financial injustice", organizada por organizações que fazem parte da Citizens for Financial Justice, entre elas, a Christian Aid. A publicação completa, em inglês, espanhol e alemão está disponível em:
<https://citizensforfinancialjustice.org/resource/spotlight-on-financial-justice-understanding-global-inequalities-to-overcome-financial-injustice/>

condições de vida, muitas vezes em condições adversas. As formas de controle sobre o corpo, o comportamento, os lugares e as práticas sociais das mulheres são atualizadas em diferentes contextos e lugares para assegurar essa divisão sexual do trabalho. Nos enfrentamentos às violências, nas resistências aos desmontes de serviços públicos, na defesa da natureza e dos territórios frente a grandes projetos extrativos, as lutas das mulheres conectam as situações concretas locais às dinâmicas internacionais, colocando a defesa da vida no centro de sua atuação política. A sustentabilidade da vida, entendida como o conjunto dos processos, trabalhos e relações que garantem que a vida seja possível, passa a ser o objetivo e a preocupação de alternativas à lógica dominante da exploração e do lucro.

Ao ampliar o olhar sobre a economia a partir da sustentabilidade da vida, o feminismo revela a imbricação entre opressões de gênero, raça e classe como estruturante da sociedade capitalista. Com esse ponto de partida, é possível ir além da identificação de impactos diferenciados do sistema econômico sobre as mulheres, buscando compreender as lógicas pelas quais a financeirização se expande para as diferentes esferas da vida.

COMO A FINANCEIRIZAÇÃO AFETA A VIDA DAS MULHERES?

O domínio do capital financeiro sobre o Estado, a vida cotidiana e outras áreas da economia mobiliza os sistemas de opressão das mulheres e as afeta de maneira particular. A atuação do capital financeiro com fins especulativos de acumulação se dá em uma base de desigualdade de gênero e raça que se manifesta no fato das mulheres acederem a menores rendimentos e possuírem menos ativos do que os homens em qualquer região do mundo. No caso do Brasil, segundo dados do Censo populacional de 2010, os rendimentos das mulheres provenientes de todas as fontes (trabalho, transferências, remuneração de capital) equivaliam a 68% daquele dos homens. Os rendimentos médios das mulheres negras equivaliam a 35% dos homens brancos (IBGE, 2014).

As mulheres são responsabilizadas por boa parte da reprodução social, em especial pelas atividades que se realizam na esfera doméstica. A financeirização amplia

a integração da esfera doméstica aos mecanismos de extração da riqueza produzida pelas trabalhadoras.

Um destes mecanismos é o endividamento das famílias. Cada vez mais, as famílias se endividam para responder às necessidades de subsistência diante da estagnação do valor dos salários e da ausência de políticas públicas de saúde e educação. Em abril de 2019, 62,7% das famílias brasileiras estavam endividadas e 23,9% estavam inadimplentes, com dívidas e contas em atraso, sendo o cartão de crédito a principal forma para 77,6% das famílias endividadas (ASBRAAF, 2019). Destaca-se ainda o crescimento do endividamento por pessoas idosas.² Entre os fatores apontados para o endividamento está a responsabilização individual por riscos como perda de emprego e renda, doença própria e/ou de familiares, morte do responsável pela maior parte da renda familiar, gravidez não planejada, separação conjugal, bem como o empréstimo de nome para terceiros.³

A responsabilização das mulheres pelo bem-estar da família estendida, situação mais comum entre as mulheres negras, as torna mais propensas ao endividamento, ainda que sejam consideradas boas pagadoras. Por esta razão, elas se tornaram o público-alvo de programas de microcrédito que terminam por colocar, na economia formal, recursos monetários que circulavam de maneira informal, sem de fato resolver o problema estrutural da pobreza. Mais recentemente, esses programas também têm sido questionados pelos juros extorsivos e pelas intensas pressões e humilhações a que submetem as mulheres que não conseguem pagar as cotas (TORO, 2010; GÓMEZ GIL, 2016).

As mulheres vendedoras ambulantes ou que têm pequenos comércios em seus domicílios aceitam o microcrédito, também, porque necessitam introduzir mudanças em seu processo de trabalho de modo a não perder freguesia. Cada vez mais, o comércio se realiza pela internet e por meio de cartão de débito e crédito. Como a maioria das famílias consome por meio de cartão de crédito, as vendedoras – mesmo aquelas que vendem água ou cartão telefônico no semáforo – necessitam da máquina de cartão. No

² Estudos apontam endividamento de idosos e empobrecimento de mulheres mais velhas. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/579446-ESTUDOS-APONTAM-ENDIVIDAMENTO-DE-IDOSOS-E-EMPOBRECIMENTO-DE-MULHERES-MAIS-VELHAS.html>.

³ Pesquisa qualitativa sobre o processo de endividamento. Banco Central do Brasil. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Pesquisa_Endividamento.pdf.

Brasil, para aceder a uma máquina, é preciso se registrar como Microempreendedora Individual e contribuir com a seguridade social, o que, ao menos, permite a elas uma cobertura mínima de proteção. Entre as pessoas registradas como microempreendedoras para o comércio varejista de vestuário e acessórios, 77% são mulheres. No comércio de perfumaria e higiene pessoal, elas representam 75%. Existem inúmeras empresas que disponibilizam máquinas de cartão, muitas iniciando, sem cobrar taxas adicionais. No entanto, a cada operação, a empresa retém valores entre 2 e 7%. Taxas maiores são aplicadas no caso de adiantamento de valores que foram pagos por crédito. Os prazos de pagamento também variam e, quando são maiores, permitem que as empresas realizem operações financeiras com o dinheiro.

As atividades econômicas que sustentam a vida, realizadas em sua maioria por mulheres no espaço doméstico e comunitário, são paulatinamente integradas ao circuito da mercadoria.

FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA E DA AGRICULTURA

Mecanismos financeiros são criados ou reforçados, como o mercado de créditos de carbono e o mercado de futuros de produtos agrícolas. Os mecanismos de compensação direta ou por meio de créditos negociados em bolsa permitem que indústrias poluidoras do norte global mantenham suas atividades, se justificando diante da crescente pressão social e normas legais que buscam evitar tragédias ambientais e climáticas mais drásticas.

Empresas ou organizações não governamentais chegam às comunidades negociando a disponibilidade de áreas para plantio ou conservação na forma de compensação ambiental ou para venda de créditos no mercado de carbono. Elas propõem a entrega de mudas, técnicos para ajudar na implantação, recursos financeiros para cercar a área plantada e até mesmo pagamento de diárias para os moradores que trabalhem na construção das cercas e plantio das mudas. Nas comunidades, os projetos de conservação ambiental sempre são bem-vindos, uma vez que existe a permanente necessidade de recuperar áreas e aumentar a biodiversidade. Mas a vontade das comunidades é combinar a recuperação com práticas tradicionais de plantio, manejo,

coleta ou pesca que lhes assegurem alimento e bem-estar. Estes projetos são, em geral, bastante restritivos na definição de espécies a serem plantadas, na utilização das áreas, chegando a impedir o trânsito das pessoas das comunidades por elas, e implicam longos períodos, até 99 anos. As mulheres das comunidades muitas vezes não são ouvidas; e atividades realizadas por elas passam a ser proibidas ou extremamente restritas, como a coleta de lenha, de plantas medicinais e alimentícias. Em outros casos, as organizações que promovem essa chamada “economia verde” têm as mulheres como alvo: doam pequenos recursos e exploram as contradições das comunidades inseridas em uma cultura patriarcal, usando-as como uma maquiagem lilás para suas ações. Muitos desses projetos implicam em sobretrabalho para as mulheres, pois não reconhecem as atividades econômicas que elas já realizam.

As mulheres, sendo as responsáveis pelo preparo e distribuição dos alimentos nas famílias, sentem rapidamente as crises especulativas no preço dos alimentos. Entre janeiro e abril de 2008, por exemplo, houve manifestações e revoltas contra a alta do preço dos alimentos em 18 países. Na Costa do Marfim, no dia 31 de março, a maioria dos manifestantes eram mulheres, que cantavam “temos fome!”. No Zimbábue, as manifestações foram organizadas pela WOZA – Women of Zimbabwe Arise [*Levante das Mulheres do Zimbábue*]. No Peru, foram as mulheres dos comedores populares as primeiras a se mobilizar em frente ao Palácio do Congresso no dia 30 de abril, sendo, em seguida, acompanhadas por movimentos sindicais e camponeses (SCHNEIDER, 2008).

ALTERNATIVAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES

As mulheres desenvolvem práticas para responder às necessidades cotidianas de alimentação, abrigo, cuidado e criar condições para o crescimento integral das pessoas em harmonia com a natureza. Estas práticas mobilizam dimensões coletivas e solidárias e se constituem como alternativas à financeirização.

Milhares de mulheres ao redor do mundo produzem alimentos, inclusive nos quintais e em hortas urbanas. Na maioria das vezes, a produção se dá por meio de práticas agroecológicas que combinam sofisticados conhecimentos tradicionais transmitidos a cada geração, novas experimentações e saberes sistematizados em

universidades e centros de pesquisa. As formas usuais de mensuração econômica dificilmente captam a contribuição das mulheres para a reprodução social. No Brasil, mulheres do movimento agroecológico vêm buscando formas de quantificar, tornar visível e entender a dinâmica da economia real a fim de colocar a sustentabilidade da vida no centro. Durante o ano de 2017, 264 agricultoras de diferentes regiões do país anotaram na Caderneta Agroecológica o destino de sua produção em termos de quantidade e preço. Considerando o valor da produção registrada, 62% se destinaram à venda, 28% ao consumo, 9% à doação e 1% à troca. Considerando o número de anotações, 51% se referiam ao consumo, 27% à venda, 19% à doação e 3% à troca. A maior referência ao consumo nos registros pode indicar a vontade das agricultoras em visibilizar a produção sob sua responsabilidade – muitas vezes realizada no entorno da casa como se fosse trabalho doméstico –, como também a maior diversidade de produtos (CTAZM, 2018). As vendas eram referentes à participação em programas de compras públicas – que, naquele momento, já começavam a ser desmantelados após o golpe jurídico-parlamentar no país – e também em redes solidárias de comercialização, como grupos de compra solidária, armazéns distribuidores como a Rede Xique-Xique no nordeste do país, e iniciativas de Comunidade Sustentando a Agricultura (CSA). Nesses casos, as experiências de comercialização solidária asseguram o protagonismo das mulheres, por exemplo, organizando-se para acolher uma grande diversidade de produtos, posicionando-se contra a violência contra as mulheres e pela defesa do direito das mulheres à terra e ao território.

As formas de doação e troca não só demonstram as dinâmicas que se dão na vizinhança como também as relações mantidas entre familiares que vivem em diferentes locais. Assim, é possível perceber uma dinâmica complexa de relação entre campo e cidade, com idas e vindas, rendimentos obtidos na cidade que são investidos na produção agrícola, e o envio de alimentos produzidos no campo que permite uma vida na cidade com menos privações.

COMBATER A ESPECULAÇÃO, FORTALECER A ECONOMIA REAL

Essas experiências de organização das mulheres articulam agroecologia, economia feminista e solidária em contextos muito concretos. Nestes, a lógica da financeirização se expande por diferentes entradas, desde o microcrédito e o endividamento até os projetos de economia verde que restringem o acesso de comunidades tradicionais ao território em nome da compensação de atividades extrativas e contaminadoras em outras partes, ou, simplesmente, da especulação.

Para fazer frente a essa lógica, é preciso responder às necessidades concretas das mulheres e das comunidades, com ações e processos coletivos que fortaleçam a economia real, superem hierarquias e desigualdades, dando centralidade à sustentabilidade da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. Estatísticas de gênero: Uma análise do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

ASBRAAF. Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC) de abril de 2019. Disponível em: <https://asbraf.com/estudosepesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2019/>

Toro, Graciela. La pobreza: un gran negocio. La Paz: Mujeres Creando, 2010.

Gómez Gil, Carlos. El colapso de los microcréditos en la cooperación al desarrollo. Madrid: Catarata/UCM, 2016

Schneider, Mindi. We are hungry! A Summary Report of Food Riots, Government Responses, and States of Democracy. Nova Iorque: 2008.

CTA/ZM. Caderneta agroecológica e os quintais: sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Viçosa: CTAZM, 2018. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/livro-caderneta-agroecologica-e-os-quintais-268.pdf>